

DEBATE

FORMA E FUNÇÃO NA LINGÜÍSTICA

Mike DILLINGER (Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei — FUNREI)

ABSTRACT: The debate between Votre and Naro (1989) and Nascimento (1990) raises important issues about the relations between alternative theoretical frameworks. The questions of whether one can and should choose between formalism and functionalism, and whether they deal with the same object of study are discussed in relation to the broader problem of a lack of an overarching framework that would provide the sciences of language with much-needed metatheoretical coherence.

O interessantíssimo debate recém-travado nas páginas desta revista entre Votre e Naro (1989) e Nascimento (1990) — defendendo, respectivamente, a abordagem funcionalista e a abordagem gerativista — suscita temas de importância fundamental para a ciência da linguagem dentro do que Bunge (1983), Katz (1985) e Rajagopalan (1988) chamam de “filosofia da lingüística”.

Votre e Naro (1989) colocam a discussão em termos da distinção entre formalismo e funcionalismo como abordagens diferentes e excludentes (p. 177). Nascimento (1990) não considera a distinção válida e rejeita a necessidade de escolher entre um e outro já que estudariam “objetos diferentes” (pp. 87-88). A natureza do debate exige a explicitação cuidadosa desses conceitos para uma consideração mais bem fundamentada das questões em pauta. É o que se procura fazer aqui ao discutir a conveniência teórica desses pontos-de-vista e

uma visão alternativa dos problemas levantados, à luz de uma problemática teórica mais abrangente.

O que seria o formalismo?

A distinção formalismo/funcionalismo é derivada da oposição entre a forma lingüística e suas funções na comunicação, distinção esta corrente entre os estruturalistas da primeira metade deste século:

The basic assumption of structuralism is that its particular object of cognition can be viewed as a structure — a whole, the parts of which are significantly interrelated and which, as a whole, has a significant function in the larger social setting (Garvin, 1972: 183).

A “forma lingüística” designa então as partes: as entidades e características observáveis em enunciados de determinada língua, em particular as classes e os padrões de combinação de seus elementos. Recordemos que, no contexto da filosofia positivista da época em que a distinção forma/função foi cunhada, fazer o corte epistemológico em termos de observável/não-observável para estudar o observável conferia à lingüística uma parte de seu *status* de ciência (ver Koerner, 1982). Outra parte desse *status* provinha de sua autonomia das outras ciências: para ser ciência em vez de mero ramo de uma ciência propriamente dita, a lingüística precisaria ter um objeto e métodos diferentes das outras ciências (comparar, p. ex. Martinet, 1960 e Derwing, 1979). Assim, enquanto a psicologia e a lógica poderiam estudar o significado e a sociologia o papel da língua na comunicação e na interação social, a lingüística “propriamente dita” estudaria a gramática, que não é objeto de nenhuma outra ciência. Essa visão foi de fácil aceitação entre os lingüistas por ir de encontro com toda a tradição milenar de focar o estudo da gramática ou de sua evolução (ver Robins, 1979), deixando o estudo do significado inobservável aos filósofos, psicólogos, etc.

Nesse contexto histórico, “formalismo” veio a designar o estudo da forma lingüística (fonética, fonologia, morfologia e sintaxe) — dando continuidade à gramática tradicional (pelo menos com respeito aos fenômenos estudados). O termo, no entanto, não diferencia claramente esse conceito da interpretação de “um estudo que privilegia o uso de dispositivos lógico-matemáticos”, que no contexto dos métodos formais introduzidos por Chomsky dá margem a bastante confusão. Tanto aqui quanto na maioria das obras de lingüística, “formalismo”, enquanto abordagem, terá o primeiro sentido.

Por frisar especialmente a forma lingüística, embora sem negar a importância do significado nem do uso, e por dar continuidade à problemática tradicional da morfossintaxe, a gramática gerativa veio a ser chamada de “formalista” também (ver Derwing, 1979). “Formalismo”, portanto, designa uma classificação de abordagens pelos fenômenos tidos como objeto central de estudo, e não uma classificação baseada no grau de matematização de suas teorias.

É nesse contexto que se pode dizer que os formalistas — entre eles os gerativistas — estudam uma língua como se fosse um objeto descontextualizado (veja Katz, 1981 para uma versão radical do formalismo e Dillinger, 1984 para críticas à visão de Katz). Preocupam-se com as características internas de determinada língua — seus constituintes e as relações entre eles — sem se preocupar tanto com as relações entre esses constituintes e seus significados ou entre a língua e seu meio.

Chomsky, no entanto, não oferece uma teoria formalista — embora sua prática seja claramente formalista —, já que prevê módulos da teoria da linguagem dedicados ao significado e ao uso contextualizado dos conhecimentos de determinada língua. Ao mesmo tempo em que ele reconhece a importância de teorias do uso e do significado para uma teoria da linguagem, parece acreditar que a melhor estratégia é estudar as características estruturais das línguas para depois relacioná-las ao significado e a seu uso (p. ex. Chomsky, 1984). [É

importante ressaltar que, a priori, não há razão para começar com as características estruturais e a partir delas estudar o significado e o uso, assim como não há razão para adotar uma estratégia contrária. A decisão se faz com base na intuição de cada pesquisador de qual opção será mais profícua.

Decorrentes dessa prática formalista, encontramos concepções de língua como "um conjunto de frases", "um sistema de sons", "um sistema de signos", equiparando a língua com sua gramática. Em suma, uma gramática seria uma teoria de uma língua, ou seja, o formalista estuda uma língua em termos de suas partes e os princípios de sua organização, sem considerar suas relações com o meio ou contexto em que se situa.

O que seria o funcionalismo?

À época em que se cunhou a dicotomia formalismo/funcionalismo, estudar o significado e o uso de formas lingüísticas em atos comunicativos dentro da lingüística feriria dois princípios da filosofia da ciência vigente: implicaria no estudo de inobserváveis como "conceitos" e "significados", além de violar o princípio da autonomia das ciências, por incluir o estudo de fenômenos psicológicos e sociológicos na lingüística. Se a lingüística incluísse o estudo do significado e do uso social, simplesmente perderia seu status de ciência. Foi essa filosofia da ciência que levou o programa interdisciplinar de Saussure a passar quase cinquenta anos abandonado (ver Dillinger, 1990).

No estudo da linguagem, não se usa "função" em seu sentido matemático. Na álgebra, designa uma relação especial entre dois conjuntos em que todos os elementos de um conjunto (o domínio) têm apenas um elemento correspondente no outro conjunto (o contradomínio). Casos em que alguns elementos do domínio teriam nenhum ou mais de um elemento correspondente no contradomínio deixariam de ser funções: são chamados de "relações" (Brainerd, 1971: 26-33; Wall, 1972:

124-127). Assim fica claro que na lingüística usa-se “função” no sentido de “relação”.

Em relação às línguas, “função” pode designar as relações a) entre uma forma e outra (função interna), b) entre uma forma e seu significado (função semântica) ou c) entre o sistema de formas e seu contexto (função externa) (ver Garvin, 1978: 336). Assim, da mesma maneira que “formalismo” não distingue claramente entre “o estudo da forma lingüística” e “o uso de dispositivos formais”, “funcionalismo” não identifica claramente quais funções ou relações serão objeto de estudo. Os gerativistas, por exemplo, seriam “funcionalistas” *par excellence* no sentido de (a)! No binômio forma/função, porém, privilegia-se o último tipo de função, a função social-comunicativa: “as a whole, [a language] has a significant function in the larger social setting”, nas palavras já citadas de Garvin (1972).

Por frisar especialmente as relações entre a língua e seus usos na comunidade, normalmente sem negar a importância da natureza estrutural da língua, a sociolingüística, a lingüística antropológica e estudos da literatura e do discurso vieram a ser chamados “funcionalistas”.

Essa caracterização se verifica nas seguintes citações. Para Dik (1978: 1), por exemplo:

In the functional paradigm, a language is conceived of in the first place as an instrument of social interaction between human beings, used with the primary aim of establishing communicative relations between speakers and addressees.

Halliday (1985: xiii) explica que sua gramática is functional in the sense that it is designed to account for how the language is used (...) everything in it can be explained, ultimately, by reference to how language is used.

Para Votre e Naro, por sua vez, é “do uso da língua — a comunicação na situação social — [que] origina-se a forma da

língua" (p. 170); portanto, a forma é "derivada" do uso e a forma "só pode ser explicada levando-se em conta (...) a comunicação" (idem).

Em geral, portanto, o funcionalismo se preocupa com as relações (ou funções) entre a língua como um todo e as diversas modalidades de interação social e não tanto com as características internas à língua. Assim, os funcionalistas frisam a importância do papel do contexto, em particular o contexto social na compreensão da natureza das línguas.

Para resumir, citamos Leech (1983: 46) que descreve os dois pontos-de-vista de maneira clara e concisa:

(a) Formalists (e.g. Chomsky) tend to regard language primarily as a mental phenomenon.

Functionalists (e.g. Halliday) tend to regard it primarily as a societal phenomenon.

(b) Formalists tend to explain linguistic universals as deriving from a common genetic linguistic inheritance of the human species. Functionalists tend to explain them as deriving from the universality of the uses to which language is put in human societies.

(c) Formalists are inclined to explain children's acquisition of language in terms of a built-in human capacity to learn language. Functionalists are inclined to explain it in terms of the development of the child's communicative needs and abilities in society.

(d) Above all, formalists study language as an autonomous system, whereas functionalists study it in relation to its social function.

○ funcionalista e o formalista estudam objetos diferentes?

Nascimento (1990: 87-88) diz textualmente que sim:

...o texto de V&N pode levar o leitor menos atento a pensar que as duas abordagens são comparáveis,

apresentando-se como alternativas para o tratamento de um mesmo fenômeno, de um mesmo objeto. E não o são. Elas definem diferentes objetos de estudo, (...) com pressupostos, metodologia e objetivos diferentes.

Sem distinguir "fenômeno" de "objeto", Nascimento é levado a concluir que se trata de "objetos" diferentes. Votre e Naro também deixam de diferenciar "fenômeno" e "objeto", chegando à conclusão oposta. Certamente parte do problema é terminológica.

Bunge (1976), numa obra sobre a semântica das teorias científicas, faz a distinção entre o objeto-modelo de uma teoria e seu objeto propriamente dito. O objeto-modelo é o conjunto de fenômenos, envolvendo alguma coisa em comum, destacados para estudo e costuma variar de teoria para teoria. O objeto propriamente dito é a coisa com existência material cujas características são estudadas através dos fenômenos selecionados. Por exemplo, digamos que a revista Quatro Rodas receba um carro novo para avaliar. Uma equipe vai desmontar o motor, a direção, os freios etc., para determinar a "estrutura" de suas partes: que tipo de motor tem, como é acoplado aos eixos etc. Outra equipe leva o carro inteiro à pista de provas para determinar suas características de aceleração, de freiagem, estabilidade etc. - sua interação com o contexto (a pista, o ar, fenômenos nitidamente diferentes envolvendo um mesmo objeto.

Por esse exemplo, vê-se a importância de distinguir claramente entre fenômeno e objeto para não dizer que as duas equipes estudaram "objetos" diferentes. Percebe-se também a origem terminológica de uma parte do debate em questão. Pode-se dizer que tanto Votre e Naro quanto Nascimento têm razão: formalistas e funcionalistas de fato estudam fenômenos diferentes, mas fenômenos que envolvem um mesmo objeto.

O funcionalismo e o formalismo são alternativas?

Votre e Naro baseiam seu argumento na suposição de que as duas abordagens podem de fato ser consideradas alternativas. No entanto, essa suposição requereria que as duas abordagens tratassem dos mesmos fenômenos — o que não é o caso, já que uma se preocupa com o contexto social e a outra não — esse é o argumento que Nascimento traz à baila. Nascimento, por sua vez, argumenta que o funcionalismo e o formalismo não são alternativas porque estudam objetos diferentes de maneiras diferentes. No entanto, já vimos que o objeto estudado é o mesmo.

Considerar as duas abordagens como alternativas implica que uma exclui a outra. Cabe ressaltar, porém, que tanto o formalismo quanto o funcionalismo padecem de males sérios para serem adotados como abordagens únicas.

A teoria funcionalista é adequada, detalhada, ou interessante somente à medida em que as teorias de comunicação e de interação social em que se baseia o são. Isto traz uma dificuldade séria para os funcionalistas: as teorias da comunicação e da interação social são de cunho bastante recente e portanto são muito pouco desenvolvidas. Isto tende a limitar essas tentativas a colocações muito gerais ou mesmo vagas, particularmente aos olhos de quem valoriza a precisão e o rigor formal.

A teoria formalista, pelo contrário, tem o respaldo de uma longa tradição e independe dos progressos em outras áreas. Se isto permite que suas colocações sejam mais precisas, também significa que não se sabe até que ponto serão úteis quando chegar a hora de integrar a teoria das estruturas lingüísticas àquela de seu uso. É claro que essas deficiências não diminuem o valor de nenhuma das abordagens, pois é preciso frisar que nenhuma abordagem é uma panacéia, todas têm deficiências sérias. Há, no entanto, maneiras de minorar os efeitos dessas deficiências, o que será retomado abaixo.

Em suma, o funcionalismo e o formalismo não podem ser vistos como alternativos, mas é exatamente porque estudam o mesmo objeto de maneiras diferentes. No caso das equipes da *Quatro Rodas*, ninguém diria que devemos ler o relatório de uma equipe à exclusão do outro; pelo contrário, preferiríamos um relatório que integrasse os resultados das duas equipes. No estudo do corpo humano, para fazer outro paralelo, ninguém aceitaria afirmar que o anatomista (formalista) estuda um objeto diferente daquele do fisiologista (funcionalista), nem que todos devem deixar de estudar a anatomia para estudar a fisiologia — uma não é alternativa da outra, mais uma vez por estudarem o mesmo objeto de maneiras diferentes. Não há necessidade de discutir se a anatomia é mais importante que a fisiologia. Na lingüística a situação não é diferente: o estudo de um e outro aspecto são complementares e igualmente necessários (ver a posição “complementarista” de Leech, 1983).

A crise teórica da lingüística

Por que, então, na lingüística ainda há essas discussões — que geram mais calor que luz — e em outros campos não ocorrem mais?

Em nenhuma ciência duvida-se da complexidade dos fenômenos do objeto de estudo, conseqüentemente torna-se necessária uma divisão do trabalho de investigação. Cada área de estudo, por definição, atenta para algumas características do objeto de estudo e portanto todas fornecerão visões incompletas. Também por definição, cada área de estudo faz uma contribuição importante: é somente pela síntese de todas as áreas que se chega a uma compreensão do todo.

Na lingüística fugimos da normalidade da pesquisa científica, porém, à medida em que os estudiosos de cada área de estudo clamam a superioridade ou centralidade de sua área no estudo do objeto em questão. Assim, cada área da lingüística parece ter uma definição própria — uma teoria “regional” — do que seja uma língua, isto é, do objeto que

todos teriam em comum: para a fonologia, uma língua seria “um sistema de sons”; para a sintaxe, “um conjunto de frases”; para a psicolinguística, “um processo de manipulação de representações mentais”; para a sociolinguística, “um meio ou instrumento de interação social”; para a neurolinguística, “um processo cerebral”. (Isto para não mencionar a fonoaudiologia, a didática de línguas, a tradução, a teoria da literatura, a teoria dos compiladores, a inteligência artificial e outras áreas de estudo que (erroneamente) nem são vistas como relevantes para a compreensão científica da linguagem.) Num tal contexto não surpreende a falta de comunicação entre essas áreas e a falta de teorias-ponte que sistematizem as relações entre os fenômenos estudados.

Dada essa fragmentação dos estudos da linguagem, fica claro porque os livros introdutórios de linguística parecem colchas de retalhos: têm capítulos separados para cada área de estudo, mas não fazem menção de nenhuma relação entre elas. À medida em que as diversas áreas se distanciam umas das outras, mais difícil fica ligá-las e explicar de que maneira cada área de pesquisa contribui para uma compreensão mais profunda do mesmo objeto de estudo. Perde-se o elo entre os aspectos do objeto de estudo e, em vez de todos os trabalhos contribuírem para elucidar um mesmo objeto, surgem “abordagens” alternativas e mutuamente exclusivas: formalismo x funcionalismo (Votre e Naro, 1989; MacWhinney, 1986; Dik, 1978), o estudo da Língua-I x da Língua-E (Nascimento, 1990; Chomsky, 1984), o estudo da linguagem como produto x como processo (Derwing, 1979), como fenômeno social x fenômeno individual, como fenômeno sincrônico x diacrônico, teoria da linguagem x teoria da literatura, etc. Nas palavras de Leech (1983: 4): “A unified account of what language is has, I believe, been lost.”

Para muitos (e.g., Bunge, 1984; Dillinger, 1983, 1990) essa fragmentação é sintomática de uma crise em que a

lingüística contemporânea se encontra há tanto tempo que poucos ainda se lembram de sua existência.

A referida crise é uma crise metateórica, isto é, dos fundamentos filosófico-teóricos das ciências da linguagem. Em muitas ciências, existe um referencial ou arcabouço teórico - uma espécie de teoria "global" do objeto de estudo - que serve simplesmente para ligar ou estruturar as teorias "regionais" que dizem respeito aos subsistemas do objeto, conferindo àquela ciência o que chamamos de coerência metateórica.

A solução é uma teoria "global"

A situação fragmentada e caótica das ciências da linguagem se deve, principalmente, a uma nítida falta de coerência metalingüística, isto é, não se desenvolveu o instrumental conceitual necessário para "costurar" os diferentes pontos-de-vista quanto à natureza da linguagem, para que fique claro para todos qual é a contribuição de cada um para entendermos a natureza do todo.

Em outras palavras, essa falta de coerência metateórica se traduz na falta de uma concepção de linguagem ou de língua que sirva para delinear as relações (ainda que em termos gerais) entre os fenômenos lingüísticos conhecidos. Em suma, "no comprehensive paradigm has yet emerged as a successor to generative grammar" (Leech, 1983: 4).

A questão, como diria Hegel, é descobrir como sintetizar tantos pontos-de-vista "opostos" para alcançar uma "unidade superior". Precisa-se de um quadro teórico ao mesmo tempo bastante geral para abarcar todas as investigações da linguagem e suas manifestações - dando a todas igual valor - e suficientemente específico para mostrar a relação de cada uma com as outras. O problema é muito antigo, mas raramente se coloca de maneira tão abrangente.

Aqui nos contentamos com deixar o problema colocado. Há muitíssimos autores que procuraram e que procuraram soluções para o problema, mas ainda estamos longe

de uma solução satisfatória. Deixamos para os colegas o desafio de demonstrar como seu marco teórico predileto prevê o estudo de cada fenômeno lingüístico e suas relações com todos os outros. Em vez de dividir e separar os lingüistas de visões diferentes é mister uní-los e integrá-los para uma maior compreensão da linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAINERD, B. (1971) **Introduction to the Mathematics of Language Study**. New York: Elsevier.
- BUNGE, M. (1983) **Lingüística y filosofía**. Barcelona: Ariel.
- BUNGE, M. (1984) Philosophical problems in linguistics. *Erkenntnis*, 21: 107-173.
- CHOMSKY, N. (1965) **Aspects of the Theory of Syntax**. Cambridge, MA: MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1981) **Lectures on Government and Binding** Dordrecht: Foris.
- CHOMSKY, N. (1984) **Knowledge of Language**. New York: Praeger.
- DERWING, B. (1979) Against autonomous linguistics. In T. Perry **Evidence and Argumentation in Linguistics** (pp. 163-189). Berlin: De Gruyter.
- DIK, S. (1978) **Functional Grammar**. Amsterdam: North-Holland.
- DILLINGER, M. (1983) **What is the linguist's object of inquiry?** Tese de mestrado, McGill University (Montreal, Canadá).
- DILLINGER, M. (1984) Review of JJ Katz, *Language and other abstract objects*. *British Journal for the Philosophy of Science*, 35, 3: 301-303.
- DILLINGER, M. (1990) On the concept of 'a language'. In P. Weingartner & G. Dorn **Studies on Bunge's Treatise** (pp. 5-26). Amsterdam: Rodopi.

- GARVIN, P. (1972) **On Linguistic Method**. The Hague: Mouton.
- GARVIN, P. (1978) An Empiricist Epistemology for Linguistics. In M. Paradis **The Fourth LACUS Forum** (pp. 331-351). Columbia, SC: Hornbeam Press.
- HALLIDAY, M. (1985) **An Introduction to Functional Grammar** London: E. Arnold.
- KATZ, J. (1981) **Language and other abstract objects**. Totowa, NJ: Rowman and Littlefield.
- KATZ, J. (Ed.) (1985) **The Philosophy of Linguistics**. Oxford: Oxford University Press.
- KOERNER, K. (1982) Positivism in Linguistics. In W. Gutwinski & G. Jolly **The Eighth LACUS Forum** (pp. 81-99). Columbia, SC: Hornbeam Press.
- LEECH, G. (1983) **Principles of Pragmatics**. London: Longmans.
- MACWHINNEY, B. (1986) Hungarian language acquisition as an exemplification of a general model of grammatical development. In D. Slobin **The Cross-cultural Study of Language Acquisition** (pp. 1069-1155). Hillsdale, NJ: L. Erlbaum.
- MARTINET, A. (1960) **Éléments de Linguistique Générale**. Paris: Payot.
- NASCIMENTO, M. do (1990) Teoria gramatical e mecanismos funcionais do uso da língua. **Revista DELTA**, 6, 1: 83-98.
- RAJAGOPALAN, K. (1988) Filosofia da lingüística: o que é e para que serve? **Boletim da ABRALIN**, 9: 7-14.
- ROBINS, R. (1979) **A Short History of Linguistics**. London: Longmans.
- VOTRE, S. & NARO, A. (1989) Mecanismos funcionais do uso da língua. **Revista DELTA**, 5, 2: 169-184.
- WALL, R. (1972) **Introduction to Mathematical Linguistics**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.